



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA N.º 5/2019**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE**

**09/05/2019**

***“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e quinze minutos, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Regina Maria Duarte Serrano, 2.<sup>a</sup> Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

---- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

---- **PONTO UM: Empréstimo para Financiamento do PPI/2019 – Adjudicação, Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como, aprovação da minuta de Contrato de Empréstimo** -----

---- **PONTO DOIS: Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de investimentos para 2019 – Retificação de dois Mapas.** -----

---- **PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----

---- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Dulce Helena Ramos Cainé, e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira.-----

---- **PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

---- Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng.<sup>a</sup> Regina Maria Duarte Serrano, Enf.<sup>a</sup> Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia de Jesus Manco, Luís Filipe Alcaide Antunes, Edite Domingues Custódio em substituição da Sra. Dr.<sup>a</sup> Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Mário Manata em substituição do Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, Zélia Domingues Moraes, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Dr.<sup>a</sup> Marta Sofia Cunha e Silva, Dr.<sup>a</sup> Telma



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Milene Magueta Salvador, Prof.<sup>a</sup> Maria Clara Simões Clemente, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda de Pinho. -----

**---- FALTAS-----**

---- Verificou-se a falta da Sra. Dr.<sup>a</sup> Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira e do Dr. Carlos Ventura P. Castelhana. -----

**---- HORA DE ABERTURA -----**

---- Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e quinze minutos após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

**---- PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

**---- PONTO UM: Empréstimo para Financiamento do PPI/2019 – Adjudicação, Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais, bem como, aprovação da minuta de Contrato de Empréstimo -----**

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

**---- 1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

---- Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes agradecendo a presença de todos naquela reunião extraordinária. Como já haveria sido discutido numa reunião de Assembleia Municipal aquando da alteração do PPI (Plano Plurianual de Investimento) e na reunião de Câmara de 26 de fevereiro de 2019 foi deliberado a abertura de um procedimento para contrair um empréstimo de montante 1 milhão e 800 mil euros. -----

----- Em primeiro, o montante poderia ser maior, dada a capacidade de endividamento que se tinha, no entanto, haveria uma forma legal e uma entidade legal, ou seja, a DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais) que faria um cálculo, indicando quanto é que cada município terá de capacidade de





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

endividamento de uma forma equilibrada e sustentada. O Município de Mira teria uma capacidade de endividamento de 10 milhões de euros, podendo contrair 20% por ano daquela capacidade de endividamento. Reunidos aqueles requisitos legais, os órgãos municipais teriam que se pronunciar sobre o investimento. -----

----- O empréstimo estaria bem identificado conforme se poderia ler na proposta (passou a ler o ponto 2 da página 3 do Contrato de Crédito a Médio /Longo prazo). -----

----- Depois de iniciado aquele procedimento tinha sido feito uma consulta ao mercado com 7 entidades bancárias a concorrer na qual ganhou o BPI por uma diferença mínima de 250€. Depois de feitas as classificações pelo júri e audiência prévia, estavam reunidas as condições de aprovação de minuta do contrato para aquele empréstimo. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----- Interveio o Sr. Engº. **André Monteiro (MAR)** cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção dizendo que teria algumas dúvidas em relação às contas que teriam sido feitas, uma vez que o BPI seria o único que levaria uma comissão de abertura de processo e a proposta seguinte, CGP não teria esse valor de abertura. Segundo as contas que teria feito, a segunda proposta seria a mais baixa, no entanto, questiona o porquê daquela decisão. Para si, todo o resto estaria razoável. -----

----- Interveio o Sr. **Carlos Nora (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e de seguida declarou que o seu voto seria contra porque, primeiro, seria um empréstimo de 20 anos, o que seria demasiado longo. Depois, ao contrário do que o Sr. Presidente teria afirmado, na sua opinião não estaria bem identificado onde iria ser aplicado o dinheiro daquele empréstimo, deveria estar identificado ao pormenor (como por exemplo: a estrada de Mira, seria “x”, a da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Corujeira seria “y”). Salientou que se estaria a construir o “telhado” sem se construir os alicerces da casa, pois haveria saneamento por fazer no concelho e estaria a fazer-se arruamentos/ pavimentação para mais tarde ter de voltar a partir para se fazer os saneamentos. -----

----- Referiu que estaria descrito 100 mil euros de reabilitação do Complexo Desportivo de mira, no entanto, estaria na dúvida se seria para o pavilhão ou para o estádio municipal. Terminou dizendo que aquelas as razões pelas quais ela votaria contra aquela proposta. -----

----- Interveio o Sr. **Adolfo Maçarico (PS)**, cumprimentando todos e salientando que seria breve uma vez que a sua opinião iria ao encontro da do Sr. Carlos Nora, frisando apenas que não estaria explanado os locais/obras onde o dinheiro iria ser aplicado, e assim, não se conseguiria saber como e onde estariam a decorrer as obras. -----

----- Fez referência à Rua do Osso da Baleia, na Praia de Mira, pois estaria inacabada, uma parte estaria feita e a outra não. -----

----- Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota (PS)** que cumprimentou todos, disse que fazendo uma breve análise ao que estaria a ser proposto disse analisar a situação de uma maneira mais política do que a situação específica do empréstimo. O empréstimo por si só poderia não ser um erro, caso houvesse uma estratégia definida por parte do Executivo que ao longo de quase 6 anos não a teria tido. Mais disse, que o Executivo não teria tido capacidade de gerir o Município e o destino do mesmo nas áreas prioritárias. Teria tido sim, capacidade de manter uma imagem mais ou menos popular em termos de opinião pública fazendo obras, que única e exclusivamente poderiam produzir votos e não mais do que aquilo. Achava que o Executivo ao longo daqueles 6 anos não teria conseguido pegar na parte das despesas e em simultâneo com a parte das receitas tornar a balança do Município positiva. Claramente o Município continuava necessitado, com uma carga muito grande nas “costas” e o Executivo não a teria conseguido aliviar, no entanto, o dinheiro teria sido gasto. Os





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamentos teriam sido aprovados e com bastantes milhões e o dinheiro teria sido gasto e o que era certo era que os investimentos tardavam a aparecer. -----

----- Deu o exemplo da taxa de saneamento executada por aquele Executivo que seria muito “baixinha”, se se fosse ver a taxa de obras prioritárias que poderiam ser endereçadas única e exclusivamente aquele Executivo seriam todas muito baixas. Referiu que haveria uma carência de estradas, certamente todos concordariam com tal, mas muito coisa que ela via seria um “empréstimo” de eleitoralismo, era um empréstimo para o Sr. Presidente dali a um ano ter capacidade de ter obra no terreno e que até aquele dia não teria conseguido ter dinamismo para tal. Por isso, aquele empréstimo poderia não ser um erro, mas como teria vindo a ser gerido o Município seria claramente um erro, porque a balança continuaria deficitária para o município. Questionou se o dinheiro seria totalmente encaminhado para aquelas rubricas embora o Sr. Presidente pudesse dizer que teria as salvaguardas todas, no entanto, não acreditaria, pois, conhecia a linguagem do tribunal, disse conhecer claramente como se poderia encaixar várias faturas naquelas rubricas. Ressalvou que não haveria qualquer problema de ficar registado em ata o que havia dito. -----

---- Em termos de empréstimos efetivos realizados no concelho de Mira ao longo dos anos, também se saberia claramente, que a maioria deles tinham sido feitos, exatamente por executivos do PSD. Ressalvou que na sua modesta opinião, aquela seria uma medida errada por parte do Executivo, que iria fazer do concelho de Mira um concelho mais pobre ao longo dos próximos anos. -----

----- Interveio o Sr. Dr. **Paulo Grego (PS)** que começou por cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que algumas das questões que queria levantar os seus colegas já o teriam feito. Relativamente ao primeiro ponto, haveria algumas questões que teria sido importante serem esclarecidas antes de trazerem aquele ponto. Seria importante lembrar que os vereadores do PS na reunião de Câmara teriam feito algumas questões e que nunca lhes teriam sido respondidas, essa situação teria contribuído em muito para a decisão deles,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acerca daquele empréstimo, naquele dia. Realçou que o que o levava a estar em maior desacordo na apresentação daquele ponto, era o Sr. Presidente dizer que estaria tudo muito bem identificado quando, o que estaria bem identificado seriam as rúbricas agora efetivamente o que iria fazer ao pavilhão por exemplo, não se sabia (telhado, chão,...), qual seria a freguesia que teria mais kms asfaltados, também não se sabia, o que poderia de facto fazer com que a decisão deles fosse diferente daquela que já teria sido anunciada pelo colega Carlos Nora. -----

----- Sublinhou que seria importante perceber que a Assembleia tinha um papel fiscalizador, no entanto, só se poderia fiscalizar o que se sabia que estaria a fiscalizar, e olhando para o quadro que lhes teria sido dado não se conseguiria fiscalizar rigorosamente nada. Não se conseguiria saber se as estradas que se iriam fazer dali a 1,2,3 ou 4 anos estariam ou não prevista ali. Dá a entender que estariam à espera de ver se o dinheiro viria e depois iriam “apagar os fogos daqui para acolá” aquilo não seria rumo e também tiraria a capacidade fiscalizadora à Assembleia Municipal e que nunca fosse imputado ao PS e à sua bancada qualquer um dos investimentos que ali estivesse. Ressalvou que o concelho de Mira necessitava daquela verba ou dobro para as estradas, para o pavilhão Municipal, armazéns da Câmara, bem como outras necessidades não seriam, portanto, essas necessidades que estariam em causa. Sublinhou que seria importante ao perguntarem à Assembleia se concordariam com aquele empréstimo que dissessem o que seria para fazer e não lhes teria sido dado essa oportunidade de se pronunciarem. E esse foi um ponto fundamental para a sua posição. -----

----- Disse querer acreditar que aquele dinheiro iria ser gasto em arruamentos e outros tais mas que não seja 1km que seja em ruas sem saneamento porque senão estar-se-ia a hipotecar 20 anos para depois se fazer saneamento e voltar a pedir para se fazer arruamento. Disse concordar com os seus colegas relativamente àquele empréstimo, embora não se esteja a meio do mandato e





## MUNICÍPIO DE MIRA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que poderia ser precipitado da parte deles, mas aquele empréstimo teria um pouquinho de eleitoralismo. Ao longo do mandato não teria aparecido mais do que anúncios de projetos, não apareceram mais do que anúncios de candidaturas e então precaveram-se nos dois anos que faltariam fazendo obra daquela que a população gostaria que seria à sua porta e aquela seria um bom contributo para tal. -----

----- Questionou se alguma daquela verba seria para obra já feita, prometida ou anunciada. Haveria uma situação que gostaria de questionar, qual seria a 31/12/2018 o valor exato da dívida dos empréstimos, se se paga mensal, trimestral ou semestralmente. Mais ainda, se seria um valor fixo. Disse que em boa hora a Câmara tinha capacidade de endividamento, restaria saber se nos próximos mandatos aquela capacidade de endividamento se iria manter, pois estar-se-ia a hipotecar investimentos dos próximos anos. Reforça o que o Francisco já teria dito, que de facto haveria uma mudança de rumo/ orientação que não veria mal nenhum, mas existiria de facto uma mudança em que se deixaria de ter uma política centrada nas candidaturas como ao longo dos anos teria sido sempre hábito. Teria sido sempre apanágio daquele Executivo dizer que resistiam à tentação do empréstimo e quando teria entrado na câmara estaria financeiramente saudável, mas que havia um empréstimo para pagar dívida e esse empréstimo deveria ser para investimento. Disse que poder-se-ia ter ido buscar à ata da última reunião de Assembleia Municipal onde teria sido aprovado o orçamento de 2019, mas como não estava disponível, socorreu-se dos seus apontamentos. De facto, havia uma ata semelhante de outro ano, onde poderia ler-se numa resposta às suas questões o Sr. Presidente dizer que havia capacidade de endividamento por parte da Câmara, embora nunca se tivesse recorrido a tal. No entanto, isto levava-o a pensar que a gestão afinal não estaria a ser assim tão boa e a linha traçada em 2017 não seria igual à que se estaria a traçar naquele momento. -----

----- Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, disse querer intervir





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque o tema “empréstimo” seria versátil como o Sr. Dr. Francisco referiu na sua intervenção de uma forma crítica, porque na realidade o que se estaria a discutir era a parte política. Fez referência à altura em que, como Presidente de Câmara, teria contraído um empréstimo para saneamento financeiro e que não teria tido tempo para fazer um empréstimo para investimento, pois teria perdido as eleições. Gostaria, na realidade, de ter podido fazer um empréstimo para investimento, tal como o Sr. Presidente da Câmara estaria a fazer naquele momento. Referiu que poderia ter deixado ficar as dívidas anteriores (do outro executivo) mas que, na sua opinião, em termos políticos não seria correto, porque ao gerir uma “casa”, embora não fosse dele teria que ser dirigida como melhor soubesse. -----

----- Dirigiui-se ao Sr. Presidente e disse concordar com o empréstimo para investimento e que com certeza iria explicar àquela Assembleia quais seriam as obras prioritárias. -----

**----- 2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

----- Interveio o **Sr. Presidente** referindo que iria explicar da melhor maneira que pudesse. Disse ser verdade que o empréstimo teria de ser para investimento, fez referência às cláusulas do contrato e que quando o Sr. Dr. Francisco falou que seria questões políticas, teria todo o direito de o dizer, no entanto, pediu para se lembrar do contrato teria vindo ali para ser aprovado e assim, leu a cláusula três. Leu o ponto 2 da cláusula quatro do mesmo contrato, que diria respeito ao desembolso. Reforçou o que já teria dito anteriormente, o dinheiro só seria desbloqueado mediante fatura e estar-se-ia a falar de coisas que seriam fiscalizadas pelo Tribunal de Contas. Tudo teria um procedimento a cumprir. Cada fatura corresponderia a uma GOP/concurso público. -----

----- Esclareceu o porquê daquelas GOP'S, se se fizer uma análise aqueles seriam investimentos sem cobertura de fundos comunitários. Em números redondos ter-se-ia 7/8 milhões de candidaturas submetidas e aprovadas e que iria continuar a ser política daquele Executivo submeter candidaturas, tais como,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reabilitação de estrutura abandonada (antigo mercado), reabilitação e conversão dos antigos armazéns, candidatura relativa aos incêndios, ampliação de estruturas do Polo I, saneamento, melhoria da qualidade da água fase1, manutenção do passadiço, requalificação do parque de estacionamento do Lago do Mar e do Poço da Cruz, modernização do mercado da Praia de Mira, entre outros. -----

----- Esclareceu o porquê daquele empréstimo, pois o mesmo não “caberia” em nenhuma candidatura, seria política da UE que não haveria um cêntimo que fosse para o alcatrão/ para reabilitação de estradas. Nós teríamos uma rede viária fraca, haveria indicadores a dizer o mesmo e, portanto, teria que se fazer investimentos (naquele caso, a longo prazo). -----

----- Referiu que a posição dos deputados do PS seria legítima, não seria era legítimo da parte do Executivo poder fazer um empréstimo (tendo capacidade de endividamento) e não fazer investimento àquele nível. Seria óbvio que se iria mexer nos rácios de equilíbrio orçamental, ou seja, redução de despesa corrente, de aumento das receitas, entre outros. Relembrou que iria trazer ali o plano de requalificação viária para todos verem e aí seria explicado o que se iria arranjar e o porquê. -----

----- Respondendo ao Sr. Eng.º André disse que as comissões teriam entrado para as contas e teriam ficado à espera de reclamações, mas tudo teria sido escrutinado por batalhões de advogados, contudo as contas teriam sido muito bem feitas por parte do júri e portanto a decisão tomada teria sido a correta. ----

----- Respondeu que na Rua do Osso da Baleia, estaria a ser feito o saneamento e que aquela parte nova o teria levado e só depois o alcatroamento. Teria havido um problema técnico da outra parte, mas que estaria já a ser tratado e que as máquinas logo que tratado entrariam para pavimentar o restante. -----

----- Aproveitou para dizer que se iriam fazer algumas obras, nomeadamente na freguesia da Praia de Mira, pois até o acusariam de fazer mais obra lá do que nas outras freguesias, estava-se a fazer a Avenida da Barrinha, a rua do Osso





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Baleia, os balneários estariam a ser executados, a ponte ciclo-pedonal iria ser colocada no sítio. Quanto a pavimentação e recuperação da rede viária não poderia ser com pequenas intervenções. O saneamento também estaria a ser feito, como por exemplo na Ermida que estaria colocado praticamente em todo lado, entre outras. -----

----- Falou da sustentabilidade económica, evidenciando o 9º lugar que ocuparíamos da tabela da CIM, num universo de 19 municípios. Disse que desde o ano de 2011 haveria um maior controlo por parte da DGAL (Direcção Geral das Autarquias Locais) e pelo Tribunal de Contas a fim de monitorizar o endividamento municipal como por exemplo, na lei dos compromissos, na lei dos pagamentos em atraso, entre outros. Disse saber que as contas não estariam um “mar de rosas” nem nenhuma fortuna, mas achava que nas instituições públicas, normalmente não costuma ser diferente. -----

----- Em resposta ao Dr. Paulo Grego, disse o valor da dívida a 31 de dezembro de 2018 era de cerca 360 mil euros e que seria pago um valor constante e semestralmente ao banco. Mais disse que não se teria realizado nenhuma obra para aquele empréstimo, pois teria de ser claramente enquadrada. Realçou que seria pretensão do Executivo manter o equilíbrio orçamental. Por fim, disse saber que seria normal ter dúvidas em relação aquele tema. -----

**---- 2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----**

----- Interveio o Sr. Dr. **Paulo Grego (PS)** que começou por dizer que haveria algum erro nos valores do empréstimo, pois nos quadros que eram fornecidos, em alguns trimestres haveria um abaixamento dos empréstimos em noventa mil euros e depois num ano inteiro haveria um abaixamento de cento e dez mil euros. Haveria alguma coisa de errado, achava ele. No entanto deixaria aquele tema para uma próxima assembleia ordinária. -----

----- Fez referência a um compromisso que acharia importante e questionou acerca do saneamento, ou seja, primeiro faria o saneamento e depois é que seriam alcatroadas ou iria alcatroar algumas que não teriam saneamento. Seria



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o tal compromisso de não alcatroar sem saneamento. -----

----- Disse que havia uma coisa clara que era a de que o banco teria o direito e não a obrigação de fiscalizar. Ou seja, não daria assim, nenhuma garantia. Disse não meter em questão aquilo que iria ser entregue ao banco, seria garantidamente dentro daquelas GOP'S. Afirmou que algumas das questões feitas pelos seus colegas não teriam sido respondidas. -----

----- Referiu que se se olhasse para o quadro azul elaborado pela CMM ou a Comissão de Avaliação, ter-se-ia logo aí na proposta número1, a finalidade de empréstimo, mais disse que saberia que aquilo teria passado a toda a gente. Era só para mostrar que a fórmula para apurar o vencedor estaria clara. -----

---- Por curiosidade, questionou que ao se estar a falar em 20 anos e as taxas Euribor estarem muito baixas, se houver aumentos o empréstimo aumentaria, portanto, ter-se-ia pensado numa taxa fixa a 20 anos. Saberia que naquele momento era melhor, mas com o possível aumento de taxa poderia ter-se equacionado a taxa fixa, a seu ver. -----

---- **3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

----- Interveio o **Sr. Presidente** explicando que os valores seriam fixos. Mais disse, que os valores que se estariam a pagar ao banco seriam os seguintes: em março 49 mil euros, em maio seria 10 600 euros de um e 39 000 euros de outro, em setembro 49 000 euros, em novembro 10 600 euros e em dezembro 39 000 euros. -----

----- Relativamente a uma taxa fixa a 20 anos o valor seria muito maior, houve uma análise de todos os prós e contras e tinha-se chegado à conclusão que aquela teria sido a melhor decisão. -----

----- Voltou a frisar que aquele empréstimo seria para investimento de reparação e manutenção de todo o pavimento, portanto, nas GOP'S não haveria possibilidade de o usar para outros fins. Disse que se andaria a fazer um levantamento de necessidades por todo o concelho. Iria levar-se o plano, quando pronto, à Assembleia Municipal e era óbvio que se daria prioridade às ruas que





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já tivessem o condutas/ saneamento pronto. -----

---- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido a votação o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com os votos a favor do PSD e do MAR e os votos contra do PS.-----

---- Declaração de Voto: -----

---- O Dr. **Paulo Grego (PS)** declarou o seguinte: “ ***o nosso voto foi contra porque sentimos que este empréstimo era um cheque em branco ao Executivo e como já comentámos anteriormente não se concretizou na prática o que é que , qual o destino deste dinheiro certo de que as famílias por onde este dinheiro vai ser gasto estão identificadas mas não é concretizado o investimento. Somos também sensíveis e muito avessos a empréstimos com este prazo temporal e achamos que a capacidade do Município fica de alguma forma hipotecada durante um período demasiadamente alargado. Daí o sentido de voto da bancada do Partido Socialista***”. -----

---- **PONTO DOIS: Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de investimentos para 2019 – Retificação de dois Mapas.** -----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

---- **1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- Interveio o Sr. Presidente que explicou que seria o tal escrutínio do Tribunal de Contas e bem, em que haveria uma discrepância entre o suporte de papel que se teria enviado e o suporte digital, ou seja, ao serviço de contabilidade autárquico. -----

---- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido a votação o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com os votos a favor do PSD e do MAR e abstenção do PS. -----

---- **ENCERRAMENTO** -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas dezanove horas e dez minutos, da qual,



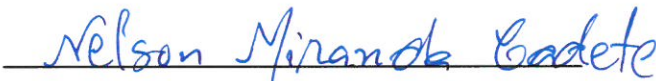
**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa

  
(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

  
(Nelson Miranda Cadete, Prof.)